

OPARÁ CANSADO DE GUERRA: De rio mar de todos os povos à política do progresso seletivo dos desenvolvimentistas

OPARA TIRED OF WAR: The sea river of all people to selective developmental progress

OPARÁ CANSADO DE GUERRA: Del río-mar de todos los pueblos a la política selectiva del progreso de los desarrolladores

CLAUDIO UBIRATAN GONÇALVES

Grupo de Trabalho de Assuntos Agrários da AGB e Professor da UFPE

ROBERTO MALVEZZI¹

Membro da Equipe do São Francisco CPT/ CPP, membro da Equipe de Terra, Água e Meio Ambiente do Conselho Episcopal Latino Americano (CELAM).

Filosofo, Teólogo e Historiador.

“Em 1879-1880, o paiz atravessava uma crise prolongada, devida á secca dos sertões do Nordeste eurgia socorrer aos flagelados e nenhum remédio se deparava então mais adequado às circunstancias do que emprehender **grandes obras que moralizam, estimulam, suavizam o viver das populações que o flagelo desequilibrou**. O governo voltou as suas vistas para o rio **São Francisco que, como uma “terra de promessa”**, servia então de refugio ás multidões deslocadas do Nordeste. Fizeram-se **estradas de ferro** para ligar o baixo ao alto São Francisco; emprehenderam-se estudos para promover a navegação interior em grande escala. Hoje esse problema do rio São Francisco está resolvido. Várias estradas ligam os portos de mar ás margens do grande rio. São cinquenta annos decorridos, mas ainda se trabalha com o mesmo intuito a completar a grande obra nacional. Os estudos de ha cinquenta annos ainda podem ter cabimento” (Sampaio, 1933).

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O trecho acima descrito, há setenta e nove anos pelo respeitado baiano

1 Email de contato: robertomalvezzi@oi.com.br

Teodoro Sampaio, discorre de uma realidade não tão antiga assim se comparada ao tempo de formação do Rio, pouco mais de uma dezena de décadas. O mesmo trata de uma plêiade de questões que foram retomadas com renovado vigor na atualidade. A crise provocada pela seca da época agitava a população e desequilibrava a estrutura social. A solução pensada e executada sob pretexto de um fenômeno cíclico e natural foi o de estimular a intensificação do fluxo da navegação e a construção de ferrovia na intencionalidade de plantar progresso e desenvolvimento nas terras e águas fadadas ao atraso.

A opção pelo empreendimento das grandes obras tinha mais que um simples olhar de engenheiro. Tinha por intenção demonstrar a potência e a força de um Estado Nacional que estava em gestação diante da grande quantidade dos refugiados da seca. Daí o apelo ideológico à ordem e à intervenção no território como fator preponderante de afirmação de autoridade e poder. Nesta perspectiva, faltou, na apreensão do competente engenheiro, a argúcia atenta e a observação sagaz que todo bom sertanejo detém e utiliza na hora da necessidade. O mesmo era natural do recôncavo e sua vivência de técnico e intelectual restrita a Rio de Janeiro e São Paulo e, portanto, extemporâneo ao rio São Francisco impedia uma decisão contextualizada e sensível à interpelação local.

Frente a isso, constatamos que a insistência de interferências externas ao rio sob a mesma argumentação ainda permanece. As questões do acesso à terra não foram solucionadas e ainda temos o agravante do bloqueio também ao acesso a água e, por conseguinte, à cultura, à natureza e ao modo de ser ribeirinho. Agora, sob a tutela de um Estado consolidado e aliado a grupos econômicos privados, temos mais uma vez a exaltação e execução das grandes obras capitalistas. Temos a impressão que as águas não correm mais para o oceano e sim para o mercado. Todas as formas de exploração econômica do São Francisco e de seus arredores hoje, como: mineração, transposição, irrigação industrial, agronegócio, a transnordestina, pesca industrial, hidrelétrica, usina nuclear e outras, na prática, não priorizam seus moradores, ou seja, a política do progresso e do desenvolvimento não é dirigida para os povos do São Francisco.

Não obstante, pretendemos levantar breve reflexão acerca dos principais problemas que incidem diretamente sobre o Velho Chico, evidenciando a natureza como uma mercadoria de perspectiva utilitarista capaz de satisfazer de todas as formas as demandas do desenvolvimento capitalista. Desse modo, é preciso refutar a ideia da relação possível entre a sustentabilidade da natureza e o mercado. Não há rima com poesia quando o processo de reprodução da vida flúvio-marinha é interrompido por conta da acumulação e lucro produtivista.

AMBIENTE FÍSICO

Sem embargo, antes de tratarmos da questão essencial de nossa reflexão vejamos os aspectos naturais que transformava o rio numa terra de promessa ressaltada por Teodoro Sampaio.

A nascente está localizada nas proximidades do município de Medeiros, Minas Gerais na Serra da Canastra. Encontra-se a aproximadamente 1200 metros de altitude, atravessa o estado da Bahia, fazendo sua divisa ao norte com Pernambuco, bem como constituindo a divisa dos estados de Sergipe e Alagoas, e, por fim, deságua no Oceano Atlântico, drenando uma área de aproximadamente 641 000 km² e atingindo 2 830 km de extensão. Seu nome indígena é *Opará* que significa grande mar.

Do que representou o grande rio no processo histórico de interiorização e colonização dos sertões brasileiros, hoje restam duas áreas navegáveis: no médio curso, com cerca de 1.371 km de extensão, entre os trechos: Pirapora - Juazeiro, e Juazeiro - Petrolina e no baixo curso de sua bacia, com 208 km, entre Piranhas em direção a Brejo Grande e Piaçabussu, em direção à foz, no Oceano Atlântico.

O rio São Francisco atravessa regiões com condições naturais das mais diversas e tem cinco usinas hidroelétricas.

As partes extremas superior e inferior da bacia apresentam bons índices pluviométricos, enquanto os seus cursos médio e submédio atravessam áreas de clima bastante seco. Assim, cerca de 75% do deflúvio do São Francisco é gerado em Minas Gerais, cuja área da bacia ali inserida é de apenas 37% da área total.

Os aluviões recentes, os arenitos e calcários, que dominam boa parte da bacia de drenagem, funcionam como verdadeiras esponjas para reterem e liberarem as águas nos meses de estiagem, a tal ponto que, em Pirapora (MG), Januária (MG) e até mesmo em Carinhanha (BA), o mínimo se dá em setembro, dois meses após o mínimo pluvial de julho.

À medida que o São Francisco penetra na região sertaneja semi-árida, apesar da intensa evaporação, da baixa pluviosidade e dos afluentes temporários da margem direita, tem seu volume d'água diminuído, mas mantém-se perene, graças ao mecanismo de retroalimentação proveniente do seu alto curso e dos afluentes no centro de Minas Gerais e oeste da Bahia. Nesse trecho, o período das cheias ocorre de outubro a abril, com altura máxima em março, no fim da estação chuvosa. As vazantes são observadas de maio a setembro, condicionadas à estação seca.

AMBIENTE HISTÓRICO

O São Francisco já tem uma longa história de intervenção humana. Desde a sua descoberta pelos portugueses, o batismo católico como São Francisco, praticamente o rio não teve mais paz.

Primeiro foi a navegação, não só de Juazeiro a Pirapora, Brasil adentro, mas também da foz a Piranhas, Brasil adentro, Brasil afora. Uma das afirmações mais constantes é a de que o rio perdeu suas matas ciliares – hoje restam apenas 5% - exatamente para o fornecimento de lenha para os vapores.

Sua primeira povoação se deu pelas fazendas de gado ao longo de sua calha principal. Por ali, também se chegou ao Piauí e dali para o Maranhão. Muitas cidades do vale originaram-se pelas fazendas de gado.

A intervenção mais moderna no Vale começa com a CHESF, com a hidrelétrica de Paulo Afonso I, inaugurada em 1954. Delmiro Gouveia já tivera a intuição inicial com a usina de Angiquinho em 1945, para mover as máquinas de tecido de suas empresas na região. Depois vieram Três Marias (1962) em Minas, Paulo Afonso II (1961), Paulo Afonso III (1971), Paulo Afonso IV (1979), Sobradinho (1979), Itaparica (1988) no estado da Bahia, e finalmente Xingo (1994) em Sergipe. Dessa forma, altera-se completamente a dinâmica de suas águas, com todas as consequências dessa intervenção conhecida no mundo inteiro.

Como intervenção na linha desenvolvimentista foi criada a CODEVASF, com uma série de iniciativas anteriores:

A Comissão do Vale do São Francisco - CVSF, criada pela Lei nº 541 de 15 de dezembro de 1948, que atuou durante os 20 anos estabelecidos pela Constituição. Para sucedê-la, foi criada, em 28 de fevereiro de 1967, pelo Decreto-Lei nº 292, a Superintendência do Vale do São Francisco - SUVALE, autarquia vinculada ao então Ministério do Interior. Em 16 de julho de 1974, para suceder a SUVALE, foi instituída pela Lei nº 6.088 a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf, que tem como objetivo promover o desenvolvimento da região, utilizando os recursos hídricos com ênfase na irrigação (CODEVASF, 2011).

A própria CODEVASF se auto define pela ênfase na irrigação. É bom lembrar que o São Francisco foi o grande banco de proteínas da população do Vale. O peixe abundante, o plantio das vazantes, quando o rio foi chamado de

Nilo Brasileiro, garantiam uma vida digna para toda a população. A intervenção da CODEVASF ocorreu na linha de preparar o terreno para os avanços do capital, muitas vezes expropriando as comunidades de seus territórios e do acesso à água, subtraindo-lhes a garantia das condições básicas de vida. Os solos mais férteis, a água do São Francisco, hoje são praticamente propriedades dos irrigantes e da CHESF.

Entretanto, em anos mais recentes, aprofundando-se na lógica de apropriação dos solos, da água e do sol pelo grande capital, o Estado Brasileiro, através de suas múltiplas agências que atuam no vale, ou mesmo por fora delas, intensifica de forma muitas vezes ilegal, ou mesmo violenta a ação contra a natureza e as comunidades tradicionais que habitam suas margens e proximidades.

O ciclo das barragens para geração de energia elétrica parece estar chegando ao fim, mesmo assim ainda constando no plano nacional de geração de energia as barragens de Riacho Seco e Pedra Branca. A grande barragem de Xingó, ao menos nesse momento, não consta dos planos do setor energético.

Se por um lado a hidroeletricidade vai esgotando seu potencial, surgem outras formas de energia ao longo do vale que atraem o interesse do capital. A principal vem sendo a instalação dos parques eólicos. Energia limpa do ponto de vista de CO₂, mas que está sendo instalada de modo socialmente sujo, invadindo também as comunidades, causando problemas no ambiente do entorno, quando não exigindo grandes glebas de terra para instalação de uma única torre eólica, muitas vezes na proporção de 50 hectares por torre. Evidente que, mais que energia, essas empresas também querem esses territórios.

Com o apagão de 2001, foram instaladas também várias termoeletricas ao longo do São Francisco. Uma delas de grande porte em Petrolina. Essa é sabidamente a energia mais suja que se tem. A princípio, eram ativadas apenas nos momentos de falta de energia das hidrelétricas, mas depois a equação se inverteu, isto é, funcionam em tempo integral, enquanto as barragens são poupadas para funcionar mais próximas ao regime das chuvas. Dessa forma, o que era para ser um meio auxiliar, acaba se tornando praticamente um meio principal. Hoje, as termoeletricas brasileiras correspondem a cerca de 25% da energia gerada.

Entretanto, a exploração do São Francisco não termina por aí. Agora, com a retomada da energia atômica, a primeira usina projetada nesse novo ciclo está destinada para Itacuruba, pequena cidade do sertão franciscano de Pernambuco. Essa população já foi relocada pela usina hidrelétrica de Itaparica. Os argumentos utilizados pelo governo para instalação da usina atômica na

localidade chegam a ser cruéis, não fossem ridículos: tem pouca gente, tem a rede da CHESF nas proximidades, tem a água do São Francisco (60 m³/s), tem o Raso da Catarina como lugar ideal para o lixo atômico da usina.

Ao mesmo tempo, prossegue o uso intenso das águas para finalidades econômicas, particularmente a irrigação. Embora paralisada, a Transposição de Águas do São Francisco ainda não saiu de pauta. Ao mesmo tempo, uma série de projetos de irrigação continua sendo planejada para avançar sobre o São Francisco, principalmente a cana irrigada. Projeto Baixio do Irecê (Bahia), Canal do Sertão (Pernambuco), falam em cifras de 200 a 800 mil hectares de cana irrigada em todo o Vale (Bahia Bio).

Os demais grandes projetos, particularmente os industriais, utilizam as águas do rio para seus projetos, como na mineração, devolvendo ao seu leito águas muito mais poluídas, embora as regras da Lei de Recursos Hídricos 9433/97 os obrigue a devolvê-las mais limpas, ou pagar uma multa inviável caso a devolvam mais sujas. As mineradoras de Minas Gerais, sobretudo, assim como o esgoto urbano, têm como destinação as águas do Velho Chico. Evidente que o uso dessa água no Vale conflita com o uso da água a ser transposta para outros estados do Setentrional.

Esse conjunto de fatores – desmatamento, irrigação, indústria, hidrelétricas, esgoto urbano, transposição, etc. – é o fator decisivo na degradação do São Francisco, na piora da vida do rio e do seu povo, embora a riqueza gerada pelo agronegócio eleve padrões estatísticos de riquezas em cidades como Juazeiro e Petrolina. Aquela velha riqueza concentrada, alcançada às custas da exclusão social e degradação do meio ambiente. Em síntese, o modelo é predador. Depois, como já nos alertava Monteiro Lobato, quando passa o ciclo econômico predador, o que fica para trás são “cidades mortas”.

A preocupação principal da sociedade civil organizada é com o processo degradador que se impõe ao São Francisco, seja ao ambiente, seja às suas populações originárias. A exploração intensiva do rio, até mesmo de forma irresponsável, põe em xeque a vida da galinha dos ovos de ouro.

AMBIENTE DE CONFLITOS

Como vimos anteriormente, os processos socioambientais decorrentes de políticas públicas enviesadas desarticulam e desagregam os ribeirinhos bem como provocam migração rural-urbano e acirram conflitos entre os próprios povos do São Francisco e deste contra os grandes empreendimentos reestruturadores do território.

Thomaz Junior (2009) denomina de Desenvolvimento Destrutivo das forças produtivas o modo predador que o capitalismo assume nos dias de hoje no processo de territorialização no campo.

“Estamos diante de uma cultura marcadamente destrutiva, ou expressão acabada da produção destrutiva do capital, à qual se vincula o destacado dinamismo da economia, do ponto de vista do capital, expressamente ao modo produtor de mercadorias, sob as expensas de a produção de alimentos estar ainda mais ameaçada, sem que notadamente o problema central esteja na oferta, mas sim na capacidade de consumo das populações empobrecidas. (...) Vale salientar que a face mais perversa dessa precarização crescente da produção de alimentos é a eliminação de milhões de famílias camponesas das suas terras e a fome anunciada de camponeses e de milhões de famílias de famintos que se somam aos famintos e excluídos de outrora” (THOMAZ JUNIOR, 2009, p. 7).

Na busca incessante de acréscimos no Produto Interno Bruto e na preocupação desenfreada de dinamizar a economia, o Estado Brasileiro abandonou a política de desenvolvimento centrada no bem-estar social e investe contraditoriamente num tipo de desenvolvimento centrado na capacidade de consumo das populações pobres e nas grandes obras do setor da construção civil. Neste sentido, temos um modelo de desenvolvimento violento e provocador de conflitos que desrespeita as dimensões de ligação com a natureza e histórica das famílias camponesas e ribeirinhas do Rio São Francisco, criando assim um falso dilema de lutas e disputas por recursos naturais. Enquanto os ribeirinhos enxergam na natureza bens que asseguram sua existência e reprodução, o Estado e as grandes empresas capitalistas vislumbram somente recursos naturais a serem explorados e transformados em mercadoria.

O conflito emergente deste impasse intencionalmente instaurado em decorrência do processo do progresso seletivo pode ser ilustrado a partir de dois tipos atuais de conflitos que estão se desdobrando nas proximidades do rio.

O primeiro conflito envolve a construção da Ferrovia Transnordestina. O governo brasileiro justifica a necessidade de elevar a competitividade da produção agrícola e mineral da região com uma logística que une ferrovia de elevado desempenho e portos de calado profundo que podem receber navios de grande porte. Sua função é escoar a produção agrícola e mineral do sul do Piauí, a partir do município de Eliseu Martins para dois portos: Pecém, no Ceará e Suape, em Pernambuco. Se por um lado ocorre a interligação econô-

mica de fragmentos do território nordestino entre eles e com outras partes do mundo, por outro temos impactos socioambientais significativos como no assentamento rural Malhada de Pedra no município de Serra Talhada no estado de Pernambuco.

O assentamento foi criado no ano de 2002 e lá reside cerca de, 26 famílias que enfrentam antigos problemas como: irregularidade no abastecimento de água e a presença de um lixão nas proximidades. Como se não bastasse estes problemas surgiu mais outro que foi a chegada em 2010 das obras da Transnordestina Logística S.A. A ferrovia corta literalmente uma área de cerca de 700 metros no assentamento dividindo o mesmo em duas partes, e como complicador não foi construída uma passagem de pedestres e não há como um assentado ter acesso ao outro lado. De acordo com algumas lideranças de Malhada de Pedra só tiveram um único momento de encontro com representantes da Transnordestina Logística que apresentaram a geração de empregos para os homens como benefício para a comunidade e o valor de R\$ 313,00 de indenização para cada família. Mas após isso o que se observa é a devastação da mata de caatinga e muita poeira gerada pelos veículos de grande porte da construtora Odebrecht que trabalha os três turnos diários.

O segundo episódio conflituoso corresponde ao desencadeamento da obra do canal da transposição do Rio São Francisco no eixo leste e sua repercussão na comunidade da Agrovila VI no município de Floresta também situado em Pernambuco. De acordo com Gonçalves (2009) a execução das obras da transposição ocorre em área militarizada e o discurso uníssono do governo, tem em vista o crescimento ilimitado na perspectiva utilitarista sem o devido respeito aos limites da natureza, e com descaso aos direitos territoriais das reservas indígenas, de terras quilombolas e de pequenos agricultores. Enfim faz parte de um modelo ultrapassado de desenvolvimento econômico. Neste contexto, as famílias da Agrovila VI estão sofrendo pela segunda vez os impactos do “desenvolvimento”. Em 1987 foram realocados com a construção da barragem de Itaparica, naquela época resistiram e enfrentaram polícia militar e exercito mesmo assim tiveram que aceitar a condição de desterritorializados e assumiram a proposta do Estado. São 42 famílias assentadas e cerca de 30 famílias agregadas que hoje mais uma vez estão na rota do canal da transposição e do canteiro de obras. O Canteiro de obras das empresas: TOSHIBA, CANTE, ENGESA, VERTICAL GREEN, ENCALSO, COBEMA e Batalhão de Engenharia do Exército Brasileiro, ocupam parte de alguns lotes dos reassentados e os dois campos de futebol da comunidade numa área que compreende seis hectares. Além da destruição da área de lazer a obra vem provocando muita

poeira e significativa poluição sonora agravando doenças nas crianças e idosos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificamos que a perspectiva ideológica da construção do Brasil grande ainda não foi esgotada e sua retomada com vigor nas primeiras décadas do século XXI denota na prática a retomada violenta do desenvolvimento destrutivo das formas de organização comunitária e dos vínculos solidários com a natureza provedora.

O sertão do rio São Francisco apresenta-se como campo de disputas e ambiente de conflitos por ter se tornado objeto de interesse do grande capital amparado na alta tecnologia de exploração em larga escala da natureza e no escoamento da produção daí resultante. Dessa forma, qualquer obstáculo ao desenvolvimento que possa ser associado como signo do atraso necessita urgentemente ser removido.

O Estado age de forma pontual e contraditória e o maior prejudicado no uso da força e da potencia tem sido o ribeirinho e sua própria natureza. O governo brasileiro que investe nas grandes obras da Transnordestina e Transposição para combater o atraso e o flagelo da fome e o “castigo da seca” é o mesmo que investe e incentiva as experiências de construção de cisternas, barragens subterrâneas e iniciativas em pequena escala territorial bem sucedidas de convívio com o fenômeno climático e periódico da seca.

Temos assim momentos distintos de formas de resistência na permanência e defesa do território e no uso da violência do aparelho de Estado. No início das obras das grandes empresas, a luta assume um caráter de enfrentamento no embate de informações contra as falsas notícias na conquista da opinião pública ou muitas vezes no próprio enfrentamento físico com perseguições e assassinatos. Num segundo momento, quando ocorre a instalação e início das obras principia a luta pela reparação dos danos materiais e imateriais e minimização dos impactos socioambientais.

REFERÊNCIAS

CODEVASF. Institucional. (<http://www.codevasf.gov.br/empresa/Default>). Acesso em 07 de novembro de 2011.

GONÇALVES, C. U. e OLIVEIRA, C. Fernandes de. Rio São Francisco: As águas correm para o mercado. Boletim Goiano de Geografia, no. 2, vol 29,

Goiânia, 2009.

MALVEZZI, Roberto. Semi-árido: uma visão holística. Brasília. CONFEA. 2ª edição. 2009.

SAMPAIO, Teodoro. O Rio São Francisco. Trechos de um diário de viagem. Revista do IHGB, no. 167, Rio de Janeiro, 1933.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI: Limites Explicativos, Autocrítica e Desafios Teóricos (tese de livre docência). Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2009.